

A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS EDUCACIONAIS APLICADAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Ruth Margarete da Silva Albuquerque ¹

Amanda Thays Cavalcante de Albuquerque ²

Martha Priscila Bezerra Pereira ³

RESUMO

A pesquisa contextualiza a redemocratização do Brasil na década de 1980, ressaltando os avanços democráticos e os desafios enfrentados pela sociedade, especialmente em relação à desigualdade social e ao racismo. A legislação educacional no Brasil por muitas décadas trabalhou em passos lentos para criar leis e medidas para colaborar com a sala de aula antirracista. Dessa maneira, a seguinte pesquisa tem como objetivo geral explorar criticamente a inclusão da História da África e cultura afro-brasileira no currículo do componente curricular de História entre 1985 a 2023, bem como investigar a relação desse objeto de conhecimento com movimentos sociais, organizações e tensões políticas. A pesquisa envolve uma abordagem documental e bibliográfica. Serão analisados documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A importância dessa pesquisa reside na necessidade de compreender em como essa inclusão pode contribuir para a construção de uma educação antirracista eficaz. Para tanto, o referencial teórico utilizado abrange autores, como hooks (2017), Freire (2018), Appiah (2016), entre outros. Esses autores fornecem insights sobre educação antirracista, identidade, cultura e a importância da inclusão de diferentes perspectivas na educação e no fazer antirracista.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, HISTÓRIA DA ÁFRICA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA, CURRÍCULO

INTRODUÇÃO

A pesquisa que se apresenta tem como propósito explorar criticamente a inclusão da História da África e cultura afro-brasileira no currículo do componente **História entre 1985-2023** levando em consideração a legislação no período **compreendido entre os anos de 1985-2017**. O estudo busca não apenas analisar a presença desses conteúdos na educação brasileira, mas também compreender como a legislação, movimentos sociais, organizações e tensões políticas influenciaram essa presença, bem como examinar seu

¹ Mestranda do Curso de **História** da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, albuquerqueut@gmail.com;

² Mestranda do Curso de **História** da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, amandathay1@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutora em Geografia pela UNESP- campus Presidente Prudente, titular da Pós-Graduação, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, orientador@email.com.

impacto na concepção curricular, na formação de professores e no desenvolvimento de uma educação antirracista.

Dessa forma, a pesquisa explora criticamente a inserção desses objetos do conhecimento que estimulam o pensamento crítico emancipador, autoestima, autonomia, proximidade do aluno com os temas, em uma perspectiva de um ensino antirracista, tendo em vista ser um processo de importância para a qualidade do ensino e permanência dos estudantes. Esse estudo também analisou como as tensões interferem na concepção de currículo, e questiona quais os conteúdos pertinentes quando se trata de uma educação antirracista.

Se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante. Portanto, uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham a sua cor. Isso é importante para que privilégios não sejam naturalizados ou considerados apenas esforço próprio (Ribeiro, 2019, p.32).

Dessa maneira, a sociedade brasileira ainda enfrenta sérios problemas de desigualdade racial, representatividade e inclusão desse conteúdo no currículo escolar, mesmo sendo fundamental no combate ao racismo estrutural e na promoção da diversidade e a igualdade.

Portanto, essa pesquisa visa contribuir para a formação de professores, oferecendo um panorama das lacunas e dos conteúdos pertinentes relacionados, além de destacar abordagens que promovam uma educação antirracista. Ao fornecer uma análise crítica desses aspectos, a pesquisa pode funcionar como um guia para o desenvolvimento de aulas, projetos e materiais de apoio mais completos, estimulando o pensamento crítico, a autoestima, a autonomia e a proximidade dos estudantes com o conteúdo escolar.

Desta forma, a pesquisa se direciona com a intenção de uma abordagem interdisciplinar que compreende a análise de documentos oficiais, como a legislação educacional. O estudo se baseará na análise do currículo, considerando conceitos como "tradição" (Hobsbawm, 1985) e "identidade" (Gomes, 2017). Abrangendo áreas como, Ensino de História, História Cultural e Política. Os autores e teorias que sustentam esta pesquisa incluem nomes como Paulo Freire (2018) e bell hooks (2017), que destacam a importância da educação crítica e antirracista.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo, abordar politicamente os documentos oficiais educacionais criados a partir do período de redemocratização (1985-2020). Essa abordagem foi feita indagando a legislação educacional, na ótica das tensões políticas e como esse debate incorporado pela política curricular, influenciou a concepção de currículo. Dessa forma, questionar quais os conteúdos pertinentes quando falamos em educação antirracista.

Essa abordagem bibliográfica e documental foi pensada com foco no desenvolvimento de uma pesquisa que roteiriza as lacunas e conteúdos que aparecem ou não nessa legislação educacional. Assim sendo, a análise dos documentos oficiais foi feita circundando conceitos como “tradição” no prisma de Hobsbawm (1985), “discurso” da concepção de Laclau (2005), e “identidade” tomando como base a concepção de Gomes (2017), além dos conceitos expostos e os ideais de ensino antirracista de bell hooks (2017), a crítica à concepção de “educação bancária” de Freire (2018), além da análise social e política sobre o autoritarismo a partir de estudos de Schwarcz (2019).

Para termos uma ideia de como esses conceitos são importantes para pensar um currículo e sentirmos a influência, a vista disso, usarei o seguinte exemplo sobre identidade:

[...] em 2009, o país registrou mais de 191 milhões de habitantes, um aumento de 23% se comparado à população em 1995. E, dentre as novidades do Censo, uma chama particular atenção: o aumento proporcional da população negra (preta e parda). Em 1995, 44,9% dos brasileiros declaravam-se negros; em 2009 esse percentual subiu para 51,1%, enquanto a população de brancos caiu de 54,5% para 48,2%.

Tal elevação não decorre, porém, do aumento da taxa de fecundidade da população negra, mas, antes, de mudanças comportamentais e na forma como essas pessoas têm se autodeclarado. Desde o final dos anos 1970, e principalmente durante os anos da redemocratização, quando ocorreu a emergência de uma agenda de direitos civis - pautada no direito à diferença dentro da igualdade e da universalidade, e vice-versa -, brasileiros têm mudado seus critérios de auto definição e, progressivamente, se declarado negros ou pardos (Schwarcz, 2019, p. 32-33).

Tomando como base a citação anterior, percebemos não por coincidência, que a partir do período de redemocratização que as pessoas passam a ter em sua auto declaração o reconhecimento do corpo preto. Porém, não significa que o discurso e a tradição da política de branqueamento sumiram, mas que passa a mostrarem-se de forma sutil, através de ironia, comentários inadequados, comerciais (pensados para serem vistos de maneira “divertida”) e nos próprios livros didáticos quando ocultam importantes debates.

Por conseguinte, a realização de uma pesquisa como essa, nos possibilita explorar de forma científica “*Documentos Federais*” que estão a um passo de todos, em sites do governo. Esse acesso “rápido” e “fácil”, possibilitou a pesquisa ser executada com maestria, a partir de recursos como a *internet*.

REFERENCIAL TEÓRICO

De início, para acompanhar as discussões sobre mudanças sociais aplicadas, na perspectiva da legislação educacional trabalhada na decorrente pesquisa, destacamos como necessário, entender a abordagem presente, que perpassa a análise de forma cultural, política e social. Nesse sentido, para entendermos mais sobre o conceito de cultura, partiremos da abordagem de Eagleton (2005), que expressa os embates culturais e suas principais críticas sobre a “cultura comum” que vem sendo cultivada. A partir de então, daremos foco a cultura afro e sua “invenção” com a obra de Appiah (1997).

Dessa maneira, a política ganhar realce, sobre o povo preto no Brasil. Os números alarmantes de hoje mostram um genocídio de jovens pretos e a “guerra” brasileira que atua “silenciosamente”. Por ora, é preciso fazer menção às questões políticas que configuram o conteúdo com Schwarcz (2019), principalmente no que diz respeito ao período de redemocratização, sua influência e das mudanças sociais aplicadas desde 1985.

Assim, o campo teórico da pesquisa, Ensino de História e história cultural, nos possibilita diálogos interdisciplinares pelo campo da História Política e o campo Antropológico de forma dinâmica, ressaltando como e onde são trabalhadas as leis 10639/03 e a 11645/08 que tem em seu projeto a obrigatoriedade do ensino da temática história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas do Brasil.

Na perspectiva de ensino, será utilizado Freire (2018), que mostra a utilização da educação, e hooks (2017), que destaca a luta pelo ensino antirracista. Ela escreve em consonância com a contribuição que Freire traz em suas obras destinadas à educação como prática da liberdade, especificamente como ferramenta para o oprimido nesse processo de libertação.

A ênfase na educação como necessária para a libertação, que os negros afirmavam na época da escravidão e depois durante a reconstrução, informava nossa vida. E por isso a ênfase de Freire na educação como prática da liberdade fez sentido imediatamente para mim. Consciente desde a infância da

necessidade da alfabetização, levei comigo para a universidade a lembrança de ler para as pessoas, de escrever para as pessoas. Levei comigo as lembranças de professoras negras no sistema escolar segregado que tinham sido pedagogas críticas e tinham nos proporcionado paradigmas libertadores (hooks, 2017, p. 72-73).

Nesse contexto, o texto destaca como a experiência de ganchos, uma mulher negra vivendo no sul dos Estados Unidos em um período de forte segregação racial, fez sentido na trajetória de luta pela libertação daquela oprimida. As palavras e a sensibilidade de Freire, um homem branco, heterossexual e do nordeste brasileiro, foram significativas para ela, que sentiam falta de palavras que a representassem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção discutiremos o envolvimento do povo brasileiro com a História como componente curricular, além do entorno da base nacional comum curricular, ligando-a ao cotidiano dos educandos e sobretudo à perspectiva de conteúdos como a história da África e do povo africano, dos negros no Brasil e a cultura negra brasileira.

Durante o mandato do presidente José Sarney; a imprensa registra numerosos casos de corrupção e nepotismo. Apesar de tudo, o novo período é marcado por avanços democráticos significativos. O mais importante deles é a convocação de uma Constituinte, reunida em 1988 e destinada a pôr abaixo o que então se denomina entulho autoritário do regime militar - ou seja, a legislação antidemocrática. Também nesse período, pela primeira vez, é facultado aos analfabetos e aos maiores de 16 anos o direito de voto. A participação eleitoral, dessa maneira, amplia-se. Para ter uma noção, basta dizer que, na Primeira República (1889-1930), em média, apenas 2,5% da população brasileira tinha direito a voto; em 1945, esse percentual aumenta para 16%; em 1986, a cifra cresce extraordinariamente: 51% da população pode se expressar nas urnas. O Brasil, enfim, conhece uma democracia de massa (Priore, 2016, p. 289).

Dessa forma, após esse recorte triste da história do Brasil, foi a vez dos órgãos públicos reagirem com relação a educação, sabendo que o período ditatorial a prejudicou limitando currículos e áreas do conhecimento, em decorrência clivo da censura, foi preciso agir com leis e ferramentas que pudessem combater a desinformação e proteger crianças e adolescentes, para que esses tivessem direitos e deveres, que assegurassem sua educação e lhes dessem novas oportunidades.

Em ordem cronológica temos a criação de documentos como a Constituição Federal de 1988, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente 1990, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, a consolidação dos Parâmetros Curriculares Nacionais 1997, aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 com duração de 10 anos, ampliação do Programa Nacional do

Livro Didático (PNLD) 2003 e nesse mesmo ano foi implementada a Lei 10.639 a qual tornava obrigatório o ensino da temática história e cultura afro-brasileira no currículo oficial das escolas de educação básica, sendo atualizada para a Lei 11.645 em 2008, a qual contempla também a história e cultura dos povos indígenas do Brasil, Já em 2014 foi à vez do PNE com diretrizes, metas e estratégias com duração de 10, anos e por fim, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ensino fundamental anos finais (2017).

A Constituição Federal de 1988, um marco que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, dá início a uma série de leis que, a partir de então, orientarão a educação nacional e ampliarão o acesso ao ensino público. O Estatuto da Criança e do Adolescente surge justamente para garantir os direitos e deveres desses indivíduos, principalmente no que diz respeito à proteção de crianças, considerando aqueles com até 12 anos incompletos, e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. Também incluídos, nos casos expressos em lei, os jovens entre 18 e 21 anos. A lei mencionada é mencionada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que garante direitos e deveres ligados a educação.

Nesse contexto, o componente curricular História que busca inteirar os alunos sobre acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais de várias épocas, nos possibilita respaldo teórico e prático, para tomarmos conhecimento sobre as questões enfrentadas pela sociedade na atualidade para que seja possível interpretar os mais diversos contextos, sabendo de onde vem muitos comportamentos e crenças. Essa atuação direta na formação do cidadão, desperta interesses ligados aos detentores do poder, pessoas que não querem que tais conhecimentos cheguem na massa trabalhadora.

Muito embora tenham se passado alguns anos da redemocratização, podemos dizer que ainda nos encontramos nesse contexto de afirmação e universalização dos direitos e garantias constitucionais. A legislação que surgiu a partir desse momento, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEM - e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - para os níveis de ensino fundamental e médio, são conquistas institucionais da sociedade e dos profissionais da educação que lutam pela democratização das políticas educacionais, pelo acesso universal à escola de qualidade e pela produção de práticas pedagógicas voltadas à formação do cidadão construtor da sociedade democrática (Pacheco, 2017, p. 15-16).

Nesse contexto, Pacheco (2017) nos relata a importância das leis que surgem nesse momento e que mesmo após tanto tempo, ainda enfrentamos esse processo de afirmação. Trazendo em 2017 a última versão da Base Nacional Comum Curricular publicada ainda incompleta, o desenvolvimento da BNCC tem como função definir os

direitos e objetivos de aprendizagem. Sendo assim, projetando uma base-comum em todo o território nacional, ou seja, possui diretrizes em comum.

O documento da BNCC, entretanto, tem suas problemáticas. Sua formulação em 2017 foi transpassada por uma intensa crise política brasileira, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no ano anterior. Sobre a legislação educacional pairava uma multiplicidade de interesses. A atuação dessas forças diversas e difusas impediu que a primeira versão da BNCC legislasse sobre o ensino médio. A primeira versão do documento contemplava somente o ensino fundamental.

Nesse sentido, o documento aborda questões ligadas à diversidade cultural, cumprindo com as exigências da Lei Federal nº 10.639/03 atual Lei nº 11.645/08 e, portanto, colocando em evidência os povos indígenas brasileiros, além da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e a cultura negra brasileira.

Mesmo assim, é possível perceber no decorrer do material a priorização da abordagem ligada a conteúdos eurocêntricos, o que acaba comprometendo a abordagem de outros conteúdos, principalmente quando falamos sobre as especificidades do ambiente onde esses educandos vivem, pois como já dito antes, se trata de um documento homogeneizante.

Assim sendo, o material didático produzido segundo as instruções da BNCC não abre espaço para questões ligadas à realidade da escola e de seus estudantes, como seus conhecimentos e suas vivências. Não disponibiliza um espaço de qualidade e por esse ângulo, o professor acaba por não contar com muitas opções para incluir estes conteúdos nas aulas ou as inquietações que surgem.

Dessa forma, cada direito é uma conquista alcançada, que abre espaço para o professor desenvolver metodologias que gerem entusiasmo no alunado, que agreguem valores, metas, sede de conhecimento, fome de justiça e principalmente posicionamento que instigue criticidade. Este último, que pode e deve ser estimulado a partir de metodologias pedagógicas que incitem uma abordagem da disciplina de História de forma problematizada. Principalmente por termos chegado a um nível da globalização que a informação chega de forma instantânea em nossas telas, sendo preciso ter discernimento para analisar essas informações de acordo com seu posicionamento na História e a qual contexto está relacionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, veremos como o cenário político nacional foi importante na criação das leis já comentadas e como essas leis impactaram o quadro social brasileiro no período entre 1988 e 2017. Observamos também como alguns acontecimentos, por exemplo, o acesso às populações mais pobres às escolas e universidades públicas, vem modificando os índices de analfabetismo e impulsionando a ascensão social por meio do estudo.

Um marco dessa ascensão é a entrada da massa popular na política, que tem aumentado nos últimos anos e marcado, ainda de forma tímida, uma política feita e pensada para os trabalhadores, pobres, mulheres, negros, indígenas e a comunidade e lgbtqiapn+. Hoje, precisamos de pesquisas que analisem essas leis pelas lentes da interseccionalidade, pois sabemos que os meios de opressão dentro de uma sociedade capitalista e paternalista como a nossa são diversos, e que, dada essa realidade, temos que trabalhar de forma conjunta.

Por fim, é preciso dar destaque ao fato de que ainda estamos muito atrás quando falamos sobre pesquisas que levam em consideração classe, raça e gênero e que geralmente quando tocamos nesse ponto temos que recorrer a pensadores de fora do país. Nesse sentido, obras de grande renome de escritores internacionais estão chegando apenas agora no Brasil com tradução, obras estas da década de 80 do século passado. Essa realidade atrasa discursões que já deveriam ter chegado nas salas de aula acadêmicas há pelo menos 30 anos.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Dijamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273 p.

hooks, bell, **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

PRIORE, Mary del. **Uma breve história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2016. 315 p.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percorso Docente**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017. 148 p.

BRASIL, Fundamental - BNCC - 2022. **Base Nacional Comum Curricular, Ministério da Educação**, 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.